



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Resolução n.º 21/2007

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos do Organismo de Produção Artística, E. P. E., (OPART, E. P. E.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de Abril, os membros do conselho de administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos do Organismo de Produção Artística, E. P. E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de Abril, e nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Cultura, os membros do conselho de administração do Organismo de Produção Artística, E. P. E., nos seguintes termos:

Presidente — Prof. Doutor Pedro Miguel dos Santos Moreira.
Vogais:

Dr. Carlos Manuel dos Santos Vargas.
Dr. Henrique Daniel Dias Pinto Ferreira.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

17 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução n.º 22/2007

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos do Teatro Nacional de D. Maria II, E. P. E. (TNDM II, E. P. E.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de Abril, os membros do conselho de administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos do TNDM II, E. P. E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de Abril, e nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Cultura, os membros do conselho de administração do Teatro Nacional de D. Maria II, E. P. E., nos seguintes termos:

Presidente — Dr. Carlos Manuel Branco Nogueira Fragateiro.
Vogais:

Arquitecto José Manuel Castanheira.
Dr. Amadeu Carlos Oliveira Basto de Lima.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

17 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução n.º 23/2007

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos do Teatro Nacional de São João, E. P. E., (TNSJ, E. P. E.), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 159/2007, de 27 de Abril, os membros do conselho de administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos do Teatro Nacional de São João, E. P. E., aprovados pelo Decreto-

-Lei n.º 159/2007, de 27 de Abril, e nos termos da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Cultura, os membros do conselho de administração do Teatro Nacional de São João, E. P. E., nos seguintes termos:

Presidente — Dr. Ricardo Jorge Barbosa de Sousa Pais.
Vogais:

Dr.ª Francisca do Passo Valente Carneiro Fernandes.
Salvador Pereira dos Santos.

2 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

17 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 11 161/2007

Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 53/2007, de 27 de Abril, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente o Prof. Doutor engenheiro António Nuno Fernandes Gonçalves Henriques.

A presente designação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a respectiva nota curricular, que é publicada em anexo a este despacho e que dele faz parte integrante.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Curriculum vitae

António Gonçalves Henriques é engenheiro civil pelo Instituto Superior Técnico (Lisboa, 1974), *master of Science in Civil and Environmental Engineering* pela Universidade Cornell (Nova Iorque, EUA, 1979), especialista em hidráulica e recursos hídricos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e doutor em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (1991).

É, desde Setembro de 2006, presidente do Instituto do Ambiente. É coordenador nacional do grupo de acompanhamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. É também professor associado convidado do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico.

Integrou o grupo de trabalho que elaborou a proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, aprovada pelo Governo em Dezembro de 2006.

Entre Novembro de 2003 e Setembro de 2006 foi investigador-coordenador do Departamento de Hidráulica e Ambiente do LNEC e vice-presidente do conselho científico do LNEC. Neste período foi coordenador do diploma de especialização em Políticas de Ambiente do Instituto Nacional de Administração.

Entre 2000 e 2003, foi director-geral do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, onde foi responsável pela gestão técnica das relações internacionais multilaterais no domínio do ambiente com a União Europeia, as Nações Unidas e a OCDE, bem como das relações bilaterais. Chefiou a delegação técnica nacional que preparou a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002).

Foi vice-presidente do Instituto da Água entre 1997 e 2000, onde coordenou a elaboração do Plano Nacional da Água e dos